

AJUSTE DIRETO
CADERNO DE ENCARGOS
Artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos (CCP)

PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS

Artigo 1.º - Identificação do procedimento

Ajuste Direto n.º 58-S/2020 – Elaboração do Relatório dos Fatores Críticos, Relatório Ambiental e Resumo Não Técnico para o Plano Diretor Municipal do Concelho de Tábua

Artigo 2.º - Objeto do contrato

Prestação de serviços para elaboração do Relatório dos Fatores Críticos, Relatório Ambiental e Resumo Não Técnico para o Plano Diretor Municipal do Concelho de Tábua, de acordo com as características e quantidades constantes no presente caderno de encargos.

Artigo 3.º - Contrato

1. O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e os seus anexos. *[Esta disposição apenas é aplicável quando o contrato for reduzido a escrito (cfr. artigos 94.º e 95.º do CCP)]*
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no ponto anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no ponto 2. e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal. *[Esta disposição apenas é aplicável quando o contrato for reduzido a escrito (cfr. artigos 94.º e 95.º do CCP)]*

Artigo 4.º - Prazo

1. O prestador de serviços obriga-se a concluir a execução do contrato, com todos os elementos referidos nas especificações técnicas do presente caderno de encargos, no prazo máximo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, de acordo com as seguintes fases e datas:
 - i) Fase de Elaboração do Relatório dos Fatores Críticos, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da celebração do contrato e receção da informação de base ao estabelecimento do Quadro de referência do Plano.
 - ii) Fase de Elaboração de Relatório Ambiental e Resumo Não Técnico, no prazo de 90 (noventa) dias após a chegada do último parecer relativo à apreciação do relatório dos fatores críticos por parte das entidades com responsabilidades ambientais específicas (consulta prevista pelo art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho) e conclusão da proposta de revisão do Plano.

iii) Fase de Elaboração da Declaração Ambiental, no prazo de 15 (quinze) dias, após a aprovação do Plano pelas entidades oficiais, e em tempo para submissão à aprovação final pela Assembleia Municipal de Tábua.

2. O prazo previsto no número anterior pode ser prorrogado por iniciativa da entidade adjudicante ou a requerimento do prestador de serviços devidamente fundamentado.

Artigo 5.º - Obrigações principais do fornecedor

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:
 - a) Executar a prestação dos serviços que lhe for adjudicada, com observância das normas vigentes e que se relacionem com a prestação dos serviços em causa, e com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
 - b) Cumprir todas as condições fixadas para a prestação dos serviços;
 - c) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da entidade adjudicante;
 - d) Prestar as informações que forem solicitadas pela entidade adjudicante;
 - e) Comunicar à entidade adjudicante, no prazo de 15 dias após a respetiva verificação, qualquer circunstância que possa condicionar o regular desenvolvimento da prestação dos serviços contratados.
2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Artigo 6.º - Fases da prestação do serviço

Os serviços objeto do contrato compreendem as seguintes fases:

- a) Fase do Relatório de Fatores Críticos;
- b) Fase do Relatório Ambiental;
- c) Fase da Declaração Ambiental..

Artigo 7.º - Forma de prestação do serviço

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços deverá manter, reuniões de coordenação com os representantes da entidade adjudicante.
2. No final da execução do contrato, o prestador de serviços deve reunir com os representantes da entidade adjudicante, comunicando os principais acontecimentos e atividades ocorridos durante a execução do contrato.
3. O serviço objeto do contrato será prestado de forma contínua durante o prazo estipulado no artigo 4.º.

Artigo 8.º - Objeto do dever de sigilo

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Artigo 9.º - Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Artigo 10.º - Preço Base

Nos termos do disposto no artigo 47.º do CCP, o preço base para efeito de concurso é de **12.500,00€ (doze mil e quinhentos euros)**, não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado, sendo este entendido como o preço máximo que a entidade se dispõe a pagar pela totalidade dos trabalhos o concurso.

Artigo 11.º - Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, o qual não pode, em qualquer caso, ser superior ao **preço base** definido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, nomeadamente os relativos a despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. O preço a que se refere a alínea a) é dividido pelas diversas fases de execução do contrato, nos seguintes termos:
 - a) Pela fase do Relatório de Fatores Críticos – 45%;
 - b) Pela fase do Relatório Ambiental – 45%;
 - c) Pela fase da Declaração Ambiental – 10%;

Artigo 12.º - Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 60 dias após a receção pela mesma das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Artigo 13.º - Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento e do previsto na legislação, nos seguintes termos:

- a) Pelo incumprimento das datas e/ou prazos de prestação dos serviços objeto do contrato, calculada de acordo com a fórmula seguinte: $P=V \cdot A/500$, em que: P=montante da penalidade; V=preço contratual; A=número de dias de atraso;
 - b) Pelo incumprimento da obrigação de sigilo, até 10% do preço contratual;
 - c) Pela prestação dos serviços em não conformidade com as especificações do caderno de encargos, até 10% do preço contratual.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 5% do preço constante na proposta adjudicada, com exclusão do IVA à taxa legal em vigor.
 3. Ao valor da pena pecuniária prevista no ponto anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da alínea a) do ponto 1., relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.
 4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
 5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
 6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Artigo 14.º - Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Artigo 15.º - Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Tábua pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. Nos casos previstos no número anterior, o Município de Tábua não está obrigado ao pagamento de qualquer indemnização.

Artigo 16.º - Resolução por parte do fornecedor

O fornecedor pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 17.º - Consulta Preliminar ao mercado

Nos termos do artigo 35.º-A do CCP, foi efetuada consulta preliminar ao mercado.

Artigo 18.º - Pareceres prévios, licenciamentos e autorizações

Nos termos e para efeitos do n.º5 artigo 36.º do CCP, para a instrução do procedimento e a execução do contrato não é necessária a obtenção de quaisquer pareceres, licenciamentos e autorizações.

Artigo 19.º - Seguros

É da responsabilidade do fornecedor o cumprimento de todas as obrigações relativas à proteção e às condições de trabalho do seu pessoal, nos termos da legislação aplicável.

Artigo 20.º - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Artigo 21.º - Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 22.º - Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Artigo 23.º - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Artigo 24.º - Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente caderno de encargos aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, na sua atual redação, e demais legislação aplicável.

PARTE II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

O presente contrato de prestação de serviços visa elaborar os documentos técnicos para a Avaliação Ambiental Estratégica da proposta de 1.ª revisão do PDM de Tábua abrangida pelo regime de Avaliação Ambiental Estratégica, conforme previsto no Decreto-Lei 232/2007 de 15 de Junho, conjugado com o disposto na alínea b), do n.º 2 do artigo 97.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de Maio (que constitui o atual Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial), estabelece que o Relatório Ambiental, produto da Avaliação Ambiental Estratégica, deve integrar o conteúdo documental que acompanha o Plano Diretor Municipal.

Assim de acordo com o disposto na Diretiva 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho, transposta para o regime jurídico nacional pelo Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, a elaboração do Plano deve ser acompanhada pelo respetivo Relatório de Fatores Críticos, Relatório Ambiental e Resumo Não Técnico e desenvolvida a respetiva Declaração Ambiental.

1. Objetivo Geral

- Assegurar a integração de considerações ambientais, sociais e económicas nos processos de planeamento, de programação e de elaboração de políticas;
- Detetar oportunidades e riscos, avaliar e comparar opções alternativas de desenvolvimento enquanto estas ainda se encontram em discussão;
- Contribuir para o estabelecimento de contextos de desenvolvimento mais adequados a futuras propostas de desenvolvimento.

2. Objetivos Específicos

- Assegurar uma visão estratégica e uma perspetiva alargada em relação às questões ambientais, num quadro de sustentabilidade;
- Auxiliar na identificação, seleção e justificação de opções ganhadoras (win-win) face aos objetivos de ambiente e desenvolvimento;
- Contribuir para a discussão de grandes opções e para uma decisão mais sustentável nos níveis ambiental, social e económico;
- Detetar problemas e oportunidades estratégicas nas opções em análise e facilitar a consideração de impactes cumulativos;
- Assegurar processos participados e transparentes, que envolvam todos os agentes relevantes;
- Produzir contextos de desenvolvimento mais adequados a futuras propostas de desenvolvimento;
- Sugerir programas de seguimento, através de gestão e monitorização estratégica.

3. Metodologia

Os documentos a elaborar terão como referência a legislação específica comunitária e nacional em vigor, designadamente a Diretiva 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho, transposta para o direito interno através do Decreto-Lei 232/2007 de 15 de Junho. Atendendo a que não existem referências metodológicas legalmente instituídos serão seguidos os procedimentos previstos nas Orientações Metodológicas do "Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica" publicado pela Agência Portuguesa do Ambiente, devidamente adaptadas ao regime jurídico dos Instrumentos de ordenamento do território, assim como, as orientações produzidas e disponibilizadas pela Direção Geral de Ordenamento do Território e Urbanismo existente para submissão de Planos municipais de Ordenamento do Território ao regime de AAE.

4. Programa de Trabalhos

O programa de trabalhos proposto para o desenvolvimento dos estudos ambientais do projeto integra as seguintes atividades:

Tabela 1 – Programa de atividades

ACTIVIDADES
FASE I
Análise de elementos preparatórios e recolha de Informação
Análise bibliográfica, documental e cartográfica.
Caracterização da situação de referência
Identificação dos Fatores Críticos para a decisão
Identificação os objetivos específicos da AAE.
Identificação dos principais atores
Integração de processos e janelas de decisão
FASE II
Análise de tendências dos Fatores Críticos
Comparação de opções
Oportunidades e riscos
Diretrizes de Planeamento e Avaliação
FASE III
Declaração Ambiental

5. Produtos

Os produtos resultantes do Programa dos trabalhos apresentados são:

Relatório do Fatores Críticos, Relatório ambiental, Resumo Não Técnico e Declaração Ambiental.

Os produtos identificados anteriormente deverão conter nomeadamente os seguintes itens:

a) Relatório de Fatores Críticos

1. Introdução
2. Enquadramento legal para aplicação da Avaliação Ambiental Estratégica da proposta

3. Faseamento e Metodologia aplicada à Avaliação Ambiental Estratégica
4. Objeto de Avaliação
5. Componentes de apoio à determinação dos Fatores Críticos para a Decisão
 - 5.1. Objetivos Estratégicos da proposta
 - 5.2. Quadro de Referência Estratégico
 - 5.3. Fatores Ambientais
6. Determinação dos Fatores Críticos para a Decisão
 - 6.1. Interação dos Objetivos Estratégicos da proposta com os Fatores Ambientais
 - 6.2. Interação do Quadro de Referência Estratégico com os Fatores Ambientais
 - 6.3. Interação do Quadro de Referência Estratégico com os Objetivos Estratégicos da proposta
 - 6.4. Definição dos Fatores Críticos para a Decisão
 - 6.5. Análise de cada um dos Fatores Críticos para a Decisão
7. Envolvimento Público e Institucional
8. Considerações Finais
9. Bibliografia
10. Anexos

b) Relatório Ambiental

1. Introdução
2. Metodologia da Avaliação Ambiental Estratégica
3. Objeto de Avaliação e Enquadramento da proposta
 - 3.1. Objeto de Avaliação (antecedentes, questões estratégicas)
4. Consulta às Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas
5. Análise e Avaliação Estratégica por Fator Crítico para a Decisão
 - 5.1. Quadro de Referência Estratégico
 - 5.2. Relação entre o Quadro de Referência Estratégico e os Objetivos Estratégicos da proposta
 - 5.3. Contribuição dos Fatores Ambientais para a Determinação dos Fatores Críticos para a Decisão
 - 5.4. Análise de cada um dos Fatores Críticos para a Decisão
 - 5.4.1. Descrição do Fator Crítico para a Decisão e seus objetivos
 - 5.4.2. Situação Existente e Análise de Tendências (linhas de força, situação pré-desenvolvimento, evolução sem ação, análise de cenários)
 - 5.4.3. Efeitos esperados da proposta (avaliação de ações estratégicas)
 - 5.4.4. Oportunidades e Ameaças da proposta (impactes de natureza estratégica)
 - 5.4.5. Diretrizes para Seguimento
6. Quadro de Governança para a Ação (exigências institucionais e de responsabilidade para melhor desempenho)
7. Orientações para a implementação de um Plano de Controlo (medidas de gestão, monitorização e avaliação)
8. Considerações Finais
9. Referências Bibliográficas
10. Anexos

c) Resumo Não Técnico

O Resumo Não técnico seguirá uma organização que agiliza a perceção pública acerca das matérias mais relevantes do Relatório Ambiental. Será desenvolvido num formato sintético, racional e com informação perceptível.

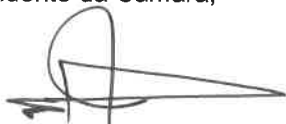
d) Declaração Ambiental

Será desenvolvida tendo em consideração o disposto no art.º 10.º do DL 232/2007 de 15 de Junho na qual irá constar:

- A forma como as considerações ambientais e o relatório ambiental foram integrados no plano;
- As observações apresentadas durante a consulta realizada nos termos do art.º 7º e os resultados da respetiva ponderação;
- As razões que fundaram a aprovação do plano ou programa à luz de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração;
- As medidas de controlo previstas em conformidade com o disposto no artigo 11.º.

Paços do Município de Tábua, fevereiro de 2021

O Presidente da Câmara,



(Mário de Almeida Loureiro)